

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

REDES SOCIAIS E FAMÍLIA: reflexões sobre a temática na formação de Assistentes Sociais

SOCIAL NETWORKS AND FAMILY: reflections on the topic in the training of Social Workers

Wellington Monteiro Ferreira¹

Eriane Santana Natividade do Carmo²

Andrea Mello Pontes³

RESUMO

O Presente artigo é produto de reflexões em torno dos debates produzidos na disciplina de Redes Sociais e Famílias, evidencia-se que se constitui um desafio a compreensão das configurações familiares contemporâneas, expressando sua imensa diversidade e, por tanto, a necessária articulação das políticas públicas que considere as múltiplas formas de ser das famílias e suas dinâmicas. Reflete-se que existe uma discrepância entre, as estruturas das redes de serviços da políticas públicas e as percepções dos agentes públicos, sobre os diversos e inúmeros arranjos familiares dentro do público alvo das políticas públicas, logo, o recorte de gênero dessas famílias necessita de um trato cuidadoso por parte das instituições que a elas se destinam. É necessário que exista efetividade desse cuidado e a aplicabilidade da rede institucional para que a mesma produza resultados satisfatórios de intervenção e efetivamente atenda pessoas reais e assim não reproduza com, tanta intensidade, as exclusões sociais estruturais.

Palavras-chave: Serviço social; Redes sociais; Família; Políticas públicas; Rede.

ABSTRACT

The present article is the product of reflections around the debates produced in the discipline of Social Networks and Families, it is evident that the understanding of contemporary family configurations is a challenge, expressing its immense diversity and, therefore, the

¹ Assistente Social, formado pela Universidade Federal do Pará. Residente em Atenção Básica pela Escola de Governo Fiocruz Brasília. Brasília/DF.

² Assistente Social, formada pela Universidade Federal do Pará. Belém/PA.

³ Assistente Social. Pós-Doutoranda em Serviço Social pela Universidade de Coimbra. Doutora em Antropologia Social pela Universidad Complutense de Madrid. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Belém/PA.

necessary articulation of public policies that considers the multiple ways of being of families and their dynamics. It is reflected that there is a discrepancy between the structures of the public policy service networks and the perceptions of public agents, about the diverse and innumerable family arrangements within the target public of public policies, therefore, the gender profile of these families needs to be analyzed. a careful treatment by the institutions that are destined to them. It is necessary that there is effectiveness of this care and the applicability of the institutional network so that it produces satisfactory intervention results and effectively serves real people and thus does not reproduce structural social exclusions with such intensity.

Keywords: Social work; Social networks; Family; Public policies; Network.

1 INTRODUÇÃO

O referido trabalho é fruto de debates e reflexões vivenciadas durante a realização da disciplina eletiva “Redes Sociais e Família” da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará com discentes em finalização da graduação, onde se produziu debates sobre diversas percepções acerca da importância da construção das redes essenciais de políticas sociais onde se dá a atuação das/dos Assistentes Sociais.

As famílias têm como características, o que podemos afirmar como a mais importante inclusive, uma configuração em rede, o que vai de encontro ao pensamento de que a mesma é constituída em um núcleo, uma célula, indiferenciada.

Maluf (2010) descreve que tal característica é o esclarecimento sobre família e unidade doméstica, onde há uma ideia confusa sobre essa diferenciação. É importante deixar claro que a imprecisão dessas ideias, gera consequências na ação em que se movem os sujeitos da família, onde o que faz diferença é quem é provedor de recursos materiais e, de quem vem os cuidados afetivos.

A recorrência de situações que aqui se fala, se torna grave na população pobre, onde se torna completamente vulnerável com a instabilidade do mercado de trabalho pois dentro da sociedade patriarcal a mulher sofre opressão na sociedade pelo simples fato de ser mulher e até pouco tempo atrás era vista na sociedade como um bem do homem e estava submetida ao poder do Estado, pois com o desenvolvimento da indústria o Estado coloca esse homem como provedor e acaba por definir o lugar da mulher como sendo o lar, garantindo ao homem o lugar do “ser superior” com o qual sem ele o desenvolvimento da família não seria possível.

Nesse sentido, a mulher que necessitava inserir-se no mercado de trabalho sujeitava-se a uma mão de obra em lugares onde necessitavam de mais trabalhadores, dando a elas salários mais baixos e menos condições de proverem seu próprio sustento, sempre as subordinando ao poder masculino.

As redes sociais, especialmente a interface entre os serviços de política social, são incentivadas pelo Estado, para que essas diferenças que foram impostas historicamente sejam atenuadas na sociedade atual, como forma de aumentar a eficácia das políticas e podendo ser implementadas através da administração pública. No entanto, além de aumentar o apoio social para a população atendida, eles também podem assumir o controle da vida da população, manifestando ambivalência em sua textura e ações.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 As determinações sócio-históricas da família, a família no contexto das redes sociais e as novas configurações familiares

Devido ao modo de produção capitalista, a sociedade de mercado apresenta uma divisão de classes de proprietários e trabalhadores; assim, famílias herdeiras e famílias deserdadas, a única mercadoria que podem fornecer é sua força de trabalho. Concretamente, esta sociedade terá no seu seio interno famílias que exercem a proteção social através da posse de bens e patrimônio privado, e famílias que trabalham para viver muitas vezes impossibilitadas de garantir as condições de proteção dos seus membros devido à falta de condições de vida no limiar da dignidade humana.

Historicamente para a população, a divisão que complementa as autoridades de homem versus mulher na relação familiar fez a diferenciação entre casa e família onde fica representado no universo simbólico do pobre. Dessa maneira a casa é representada pela mulher e a família pelo homem, como já foi dito: as partes se complementam, lembrando que é visível a questão da hierarquia de gênero e poder nesse cenário.

A família, como diz Morgan, é um elemento ativo; nunca permanece estático, mas muda de baixo para cima à medida que a sociedade se move de baixo para cima. Os sistemas de parentesco, ao contrário, são reativos; eles registram o progresso que a família faz somente depois de muito tempo e não mudam fundamentalmente até que a família já tenha mudado.

Considerando que o homem é o “chefe de família” e a mulher chefe da casa, o homem como autoridade é que faz a relação da família com o mundo exterior, ele é responsável em garantir o respeito familiar, quanto a mulher a parte cabível é a dos cuidados com todos, zelando assim para que tudo esteja bem.

De acordo com Engels (2014), no processo de mudança da vida matrilinear para patrilinear a mulher acaba que por sofrer uma derrota e um atraso no seu processo de liberdade se tornando a propriedade do homem, ou seja, esse distanciamento da mulher para com a sociedade acaba por se tornar uma das primeiras formas de violência de gênero, onde se hierarquiza o poder do homem sob a mesma.

Algumas literaturas (Meyer, Klein e Fernandes, 2012; Abraão e Miotto, 2017; Sposati 1999) propõem uma série de análises e definições para o conceito de rede social, optando aqui por descrever uma rede social como um conjunto de tópicos interligados por relações interpessoais que permitem a transferência de recursos.

A densidade de tal rede depende do relacionamento e do número de conexões de cada participante com outros componentes que também podem ser pensados como espaços onde as pessoas têm diferentes tipos de apoio para compartilhar problemas e tentar encontrar soluções, como sistemas de apoio ou a soma de relacionamentos que os indivíduos consideram importantes ou distintos dos grupos anônimos da sociedade.

A família tornou-se o alvo preferencial das políticas e programas voltados à “inclusão social”; nesse sentido, tem se posicionado tanto como “origem” quanto como exemplo de enfrentamento dos problemas sociais e econômicos da pobreza e dos países em desenvolvimento. No entanto, a família nuclear como hoje conhecemos e “naturalizamos” só surgiu no final do século XIX e sempre se posicionou como local de excelência em conservação e cuidado.

“Flaquer (2000) esclarece que escolheu o termo política familiar para designar programas, medidas de intervenção, princípios e diretrizes que os inspiram, e avalia que ele é suficientemente amplo para abarcar as várias modalidades de intervenção, o que não ocorre, por exemplo, com as expressões: “política de proteção à família, política de apoio à família ou às famílias, política de infância [...] ou de medidas amigáveis para a família” (Flaquer, 2000, p. 11, tradução nossa).” (Abraão e Miotto, 2017, p. 422)

Nesse sentido é importante observarmos que no âmbito dessa família nuclear o Estado tem uma intervenção particularmente importante quando diz respeito à vida privada dessa família pois segundo pensam alguns autores, a formação dessa estrutura familiar está

diretamente ligada a formação desse Estado Moderno, pois o mesmo torna-se o principal regulador de como esse núcleo familiar deve se desenvolver. E é partindo desse princípio que o Estado começa então a regularizar políticas e estratégias voltadas especificamente a famílias para torná-la o centro de uma estratégia de regulação e de apoio à família.

Com bastante frequência, encontra-se nas unidades domésticas alterações, com isso, as instabilidades econômicas e sociais dificultam a efetivação dos papéis no conjugal, então é possível observar que aqui são envolvidos a rede de parentesco na sua totalidade, com o objetivo de dar viabilidade à existência familiar. A mulher se torna vulnerável, quando sua ponte com o externo é centrada na figura masculina, isso deixa claro a diferença de gênero. A recorrência de situações que aqui se fala se torna grave na população pobre, onde se torna completamente vulnerável com instabilidade do mercado de trabalho

Estado regulador também poderá mudar as características de suas políticas públicas de acordo com as mudanças ocorridas no âmbito social e político da sociedade, por exemplo, com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho passa-se a debater os papéis e as responsabilidades dos homens e mulheres dentro do âmbito familiar, criando-se assim novas políticas que antes não eram existentes, como questões que debatem: as políticas de equidade de gênero, novos arranjos familiares, a participação das mulheres nos diversos setores da sociedade e até mesmo a redefinição do papel do próprio Estado.

2.2 Poder público e as ações voltadas para as famílias em situação de pobreza: A família na agenda social

A tríade Estado, Mercado e Família ajuda a compreender que a família passa a assumir a sua “responsabilidade” pela segurança e proteção social dos seus componentes, partindo do princípio de que a família é o primeiro núcleo sustentador do sujeito.

No entanto, antes de considerar a família como parte da responsabilidade de garantir a proteção social, e assumir a responsabilidade como o principal núcleo de sustentação, é necessário determinar como o Estado e a sociedade estabelecem e definem requisitos como as responsabilidades familiares.

Abraão e Mioto (2017) apresentam que o termo política familiar é relativamente recente na literatura, e seu surgimento ocorreu no início do século XX, quando Alva Murdal, secretária do comitê do governo sueco, mencionou o plano de segurança familiar em 1939 e o consolidou

muitos anos depois artigo publicado na Alemanha, na tentativa de conceituar as políticas familiares.

Alguns estudiosos concordam que elas podem ser entendidas como um conjunto de intervenções da administração pública destinadas a apoiar aqueles com responsabilidades familiares para que possam e locais públicos para desempenhar satisfatoriamente nas áreas de trabalho.

Como observa Guadalupe e Cardoso (2018),

“A família pode, assim, ser enquadrada na modalidade de proteção social de âmbito privado não mercantil, a par de outras instituições tradicionais filantrópicas e religiosas, contrapondo esta modalidade à de âmbito público assumida pelo Estado (Di Giovanni, 1998 apud Miotto, 2008)” (p. 219)

É importante ressaltar, no entanto, que mesmo no caso de redes formadas por agências, essas ações muitas vezes ocorrem de forma não intencional, ou seja, não são planejadas ao nível da política e/ou do planejamento dos serviços. Os trabalhadores da linha de frente, os chamados burocratas de rua, aqueles que atendem diretamente a população, muitas vezes tecem redes que não são formalmente estabelecidas, e muitas vezes nem conhecidas da administração pública, incitando os técnicos a atender às necessidades cotidianas.

É necessário entendermos que o modo de produção econômico vigente no Brasil, o modelo capitalista, por si só já se baseia na exploração e por isso é um modelo excludente (Marx, 1980). Nesse sentido, no Brasil, sempre houve uma grande parcela da população que esteve à margem da sociedade, muitas vezes sem acesso ao trabalho formal. Sendo Sposati (1999), falar de exclusão no Brasil é falar de uma perda virtual de uma condição que nunca foi alcançada. Dessa maneira, podemos observar que essa exclusão tem se tornado um ciclo que acompanha várias gerações que nunca tiveram acesso a lugares e situações específicas.

A pobreza no Brasil fundou-se como uma questão sócio histórica devido a uma concentração de riqueza socialmente produzida, por isso é necessário que se veja a categoria pobreza como um aspecto crucial para entender como se constroem as políticas públicas dentro do território brasileiro, existindo assim políticas que são feitas dentro de valores morais que colocam o pobre como alguém com cultura inferior e reproduzindo a situação da pobreza aos seus descendentes, ou políticas que se reduzem a ações compensatórias apenas visando aliviar a situação de extrema pobreza.

É necessário que haja o entendimento que o sistema de produção capitalista é responsável pela manutenção desse processo de exclusão de famílias mais pobres que reproduz a pobreza e que a mesma não pode ser entendida apenas como uma insuficiência de renda, mas fruto de um processo sócio-histórico, que coloca o indivíduo em uma situação onde não tem acesso a serviços básicos, a informação, ao trabalho formal e etc.

Quando se entende essas questões, é possível analisar as políticas públicas como em seus valores e concepções e como se dá sua intervenção em situações de pobreza e estratégias para redução, superação ou regulamentação da mesma. A tríade Estado, mercado e família ajuda a compreender que a família passa a assumir o seu “dever” de garantir a segurança e proteção social dos seus componentes, partindo do princípio de que a família é o primeiro núcleo sustentador do sujeito.

No entanto, antes que a família possa ser vista como parte da responsabilidade de garantir a proteção social, e antes que a responsabilidade possa ser assumida como o principal núcleo de sustentação, é necessário determinar como o Estado e a sociedade estabelecem e definem requisitos como as responsabilidades familiares. A naturalização da família e suas responsabilidades podem estar sujeitas a modelos e idealizações que limitam a responsabilidade estatal e sobrecarregam o papel da família na manutenção das condições subjetivas e materiais de seus membros.

Quando há uma determinada inversão nos papéis, como por exemplo, a mulher se torna responsável economicamente na casa, as relações de autoridades, onde ela pode assumir o papel do sexo masculino, sendo a chefe da família isso interfere na relação de autoridade do homem, uma vez que ele não consegue garantir o sustento da família, quando ocorre esse fato respeito em relação a família é afetada, há uma perda para a família, então a busca pela substituição logo passa a ser por outro homem da rede familiar

Na perspectiva do patriarcado e do sexista predominante na sociedade capitalista, as mulheres ainda são vistas como ferramentas para o desejo sexual e a reprodução. Embora a lógica patriarcal seja vista como a norma correta muitas vezes, essa visão também é replicada pelas mulheres. Dito isto, a maioria das mulheres é oprimida pelo sistema capitalista e ainda hoje a servidão doméstica se reflete, pois, muitas mulheres são escravizadas e oprimidas pelo trabalho doméstico de forma degradante e não prestaram atenção à sua força de trabalho.

Esse é ainda mais o caso das mulheres negras sem escolaridade, que, ao colocarem sua força de trabalho no mercado, encontram-se subempregadas e sem a proteção social que o mercado formal de trabalho oferece. Portanto, para as mulheres trabalhadoras, especialmente as negras, a resistência não é uma opção, mas uma questão de sobrevivência.

É perceptível que o processo da divisão sociotécnica do trabalho está diretamente ligado às reflexões acima realizadas, logo, a disciplina possibilitou ampliar a compreensão do debate, conhecer melhor a necessidade da articulação das políticas, setores e gestores. Assim com a ligação direta com o avanço do capital para reforçar um processo que historicamente já existe, e necessita-se observar melhor e tornar concreta a viabilização da aplicabilidade desta rede em prol da efetividade das políticas.

3 CONCLUSÃO

Diferente do que geralmente se analisa, a família tem como sua principal e talvez mais importante característica a sua configuração em rede, onde pode-se assumir variadas formas e configurações. O desenvolvimento industrial trouxe uma configuração de família que assume, em sua maioria, o homem como o provedor e subjugou a mulher aos cuidados domésticos, configuração esta que poderá trazer grandes impactos para a população mais pobre haja vista que sofre diretamente os impactos da instabilidade do mercado de trabalho, fazendo assim com que muitas mulheres se sujeitem a mão de obra barata.

Pudemos analisar neste trabalho a dualidade das redes sociais e as suas interfaces, onde ao mesmo tempo que busca amenizar tal problemática pode também assumir o controle sobre a vida das famílias, principalmente das mais pobres. Considera-se que na sociedade atual o homem atue como o ser que faz a ponte entre a família com a sociedade exterior, tendo em vista que muitas vezes ele é visto como o chefe da família e a mulher a chefe do lar, dando a relação até mesmo uma caracterização onde a mulher torna-se propriedade do homem, incluindo-se como uma das primeiras formas de violência de gênero.

E é nesse sentido que a família se torna o alvo principal das políticas públicas e programas sociais voltados à inclusão social e ao mesmo tempo que presta o apoio também regula suas relações. Nesse sentido, é necessário que possa se debater sobre o papel que as políticas públicas podem assumir a emancipação das famílias e suas diversas formas de se construir, entendendo que existe um sistema capitalista que é responsável tanto pela exclusão das famílias mais pobres quanto pela manutenção da aceitação que apenas um modelo familiar dito como tradicional.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Kênia Cristina Lopes; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Políticas familiares: uma introdução ao debate contemporâneo. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 420-429, set./dez. 2017 ISSN 1982-0259.

AVELAR, Mariana Rossi; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Entre o suporte e o controle: a articulação intersetorial de redes de serviços. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2018, v. 23, n. 10, pp. 3201-3210. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.13872018>. Acessado 25 jun. 2022

CARVALHO, Ana Maria Almeida *et al.* VÍNCULOS E REDES SOCIAIS EM CONTEXTOS FAMILIARES E INSTITUCIONAIS: UMA REFLEXÃO CONCEITUAL. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 589-598, set./dez. 2006. Disponível em: Available from: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300015>. Acesso em: 19 mar. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

GUADALUPE, Sónia; CARDOSO, Júlia. As redes de suporte social informal como fontes de provisão social em Portugal: o caso da população idosa. **Sociedade e Estado** [online]. 2018, v. 33, n. 1 [], pp. 213-248. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301009>. Acesso em: 25 jun. 2022

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. 2010. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. DOI:10.11606/T.2.2010.tde-31012011-154418. Acesso em: 2023-05-22.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 1: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia Prezzi. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/sTgVY43zJTL8vqTzdNPM7LD/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SANTOS, Rosemeire dos. ESTADO, FAMÍLIAS E PROTEÇÃO SOCIAL: a responsabilidade é de quem?. **Família, Cuidado e Políticas Sociais**. 1ed.Campinas - SP: Editora Papel Social, 2020, v., p. 141-161.

SILVA, João Nunes da *et al.* AS TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIVER EM FAMÍLIA E O PAPEL SOCIAL DA MULHER. **HUMANIDADES & INOVAÇÃO**, v. 8, p. 344-353, 2021. Disponível

em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5890>. Acesso em 19 abr. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, M. P. B.; SPOSATI, A.; KOWARICK, L. (Ed.). **O debate com Serge Paugan**. Por uma sociologia da exclusão social. São Paulo: EDUC, 1999, p. 126-138.

WALL, Karin. **A intervenção do Estado: políticas públicas de família**. História da vida privada em Portugal: Os nossos dias, p. 340-374, 2011.